



FOLHA TRANSPARÊNCIA

Servidores dizem merecer salários e criticam descontos

'Não somos marajás', diz o historiador e procurador da USP Boris Fausto, um dos que venceram ações judiciais

Professores afirmam que cortes no salário em razão do teto podem gerar evasão para a iniciativa privada

DE SÃO PAULO

Boris Fausto, 83, ficou famoso como historiador, mas paga suas contas como procurador, por ter defendido a USP em processos. Graças a essa função, com a qual in-

gressou na universidade em 1962, encabeça a lista de funcionários mais bem pagos da USP, com salário de quase R\$ 46 mil. Começou a dar aulas na instituição em 1980.

"Não somos marajás que tiramos esses ganhos do bolso do colete ou de maneira escusada. Todos os meus ganhos são legais. Venci ações judiciais de equiparação salarial, e isso foi incorporado", diz.

Outros funcionários, ativos e aposentados, têm ganhos acima do teto. Procurador,

Benedicto Penteado, 85, também venceu ações judiciais.

Alberto Souza, também procurador, obteve aumentos com reestruturação recente da carreira: "Nunca cometi irregularidade". Parte dos ganhos é reatada segundo a regra vigente do teto. É o mesmo caso de Iury Espirito Santo: "Não me lembro de ter recebido mais de R\$ 23 mil".

A funcionária do protocolo do Instituto de Biociências Maria Helena Leme, que ganha R\$ 30.380, não quis se pronunciar. "Estou cuidando da minha vida. Por que você não faz o mesmo?", disse.

Com cerca de 40 anos na USP, pelo menos duas passagens por cargos de chefia e no topo da carreira, professores titulares dizem que seus salários são fruto do trabalho e foram previstos em lei.

Com remunerações brutas de cerca de R\$ 30 mil, sofrem descontos de até R\$ 3.000 por causa da regra atual do teto.

Hélio Cruz, ex-vice-reitor, contesta a lógica segundo a qual o salário do governador é o teto (R\$ 20.662). Para ele, a base devia ser o salário de ministro do STF (R\$ 29 mil), como nas escolas federais.

Luiz Oliveira, ex-pré-reitor, cita que o governador tem benefícios como casa e motorista. "Ele pode reduzir o próprio salário à metade. Se fizer isso, a evasão acabará com a USP."

A ex-reitora Sueli Vilela diz receber "de acordo com a lei". Jorge Mancini Filho considera o corte "desestimulante". "Felizmente formamos alunos de ótima qualidade que, com cinco anos no mercado, ganham o mesmo que nós. Já tive oferta, mas não teria tido a mesma liberdade."

Enrico Egyri concorda. Em sua opinião, descontos são "um desaloro". Aumentam quando há reajuste, em razão do teto. "Se, a cada ano, meu trabalho for menos valorizado, então está na hora de sair da universidade", afirma.

João Palermo Neto diz que "não tem nada de errado ou caindo do céu. Assinei o contrato na condição proposta".

Valdir José Barbanti diz: "Publiquei 18 livros, tive milhares de alunos, formei 25 mestres e oito doutores. Como medir esse valor? Os critérios são da universidade".

Carlos Pereira acredita que os cortes desmerecem seu trabalho, mas se diz grato. "A casa me proporcionou o melhor ambiente." João Marcos Filho diz que ilegal "é tirarem o que não ganhei de graça".

Victor Correa afirma que "grandes problemas ninguém resolve, mas meia dúzia com salários acima do teto preocupa tanto". É "injusto", conclui Ayrton Moreira.

Entre professores inativos, Arrigo Angelini tem o maior salário (R\$ 60 mil). Intercalou funções de diretor e vice do Instituto de Psicologia.

Outros nove aposentados recebem R\$ 40 mil ou mais. Berta Menezes lecionou ações e aposentadoria. Affonso Meira atou de graça. José Moacyr Coutinho ganhou ação, assim como Maria Sílvia Carvalho Franco. Erwin Rosenthal dobrou a jornada.

A **Folha** não obteve resposta ou não localizou Guilherme Pinto Filho, Vera D'Ávila, Ângela Miranda, Eduardo Vasconcelos, Paulo Santos, Isabel Mendes, Hilton Couto, Antônio Morales, Manuel Dias, Maria Theresia Petrone e Sérgio de Iudicibus.